



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

TERMO DE REFERÊNCIA - MODALIDADE: COVID-19- LEI N. 13.979/20

1 DO OBJETO

1.1 Aquisição de Equipamentos de proteção individual (EPI) para o curso de Medicina da UNILA no âmbito do TED 9794, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA Secretaria de Apoio Científico e Tecnológico						
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNID. DE MEDIDA	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
1	313379	Máscara N95 - filtro para particulados: classe PFF-2, eficiência mínima de filtragem de 94%, BFE > 99% (Eficiência de Filtração Bacteriológica), tamanho regular, formato concha, fabricado, testado e aprovado no Brasil, aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Obs: Deve apresentar Certificado de Aprovação (CA) válido e Registro na ANVISA. Deve apresentar laudo e atender aos requisitos da ABNT NBR 13698:2011.	Unidade	7200	R\$ 3,95	R\$ 28.440,00
2	269894	Luva de LÁTEX, tamanho P. Caixa com 100 un. Luva para procedimento não cirúrgico -Tamanho P. Material: Látex natural íntegro e uniforme. Características adicionais: sem pó, descartável, esterilidade: não estéril. Apresentação atóxica, tipo ambidestra. Modelo: formato anatômico, resistente à tração. Caixa com 100 unidades. Obs: Deve apresentar Certificado de Aprovação (CA) válido e Registro na ANVISA. Marca e modelo de referência: DESCARPACK; TALGE.	Caixa com 100 unidades.	900	R\$ 37,07	R\$ 33.363,00
3	269893	Luva de LÁTEX, tamanho M. Caixa com 100 un. Luva para procedimento não cirúrgico -Tamanho M. Material: Látex natural íntegro e uniforme. Características adicionais: sem pó, descartável, esterilidade: não estéril. Apresentação atóxica, tipo ambidestra. Modelo: formato anatômico, resistente à tração. Caixa com 100 unidades. Obs: Deve apresentar Certificado de Aprovação (CA) válido e Registro na ANVISA. Marca e modelo de referência: DESCARPACK; TALGE.	Caixa com 100 unidades.	900	R\$ 36,70	R\$ 33.030,00
4	387698	Luva de LÁTEX, tamanho G. Caixa com 100 un. Luva para procedimento não cirúrgico -Tamanho G. Material: Látex natural íntegro e uniforme. Características adicionais: sem pó, descartável, esterilidade: não estéril. Apresentação atóxica, tipo ambidestra. Modelo: formato anatômico, resistente à tração. Caixa com 100 unidades. Obs: Deve apresentar Certificado de Aprovação (CA) válido e Registro na ANVISA. Marca e modelo de referência: DESCARPACK; TALGE.	Caixa com 100 unidades.	900	R\$ 37,87	R\$ 34.083,00
5	356004	Luva NITRÍLICA, tamanho P. Caixa com 100 un. Luva para procedimento não cirúrgico -Tamanho P. Material: Nitrílica. Aplicação: Laboratorial. Cor: Azul. Características adicionais: sem pó (talco ou amido), descartável, esterilidade: não estéril. Apresentação atóxica, tipo ambidestra. Modelo: formato anatômico, resistente à tração. Caixa com 100 unidades. Obs: Deve apresentar Certificado de Aprovação (CA) válido e Registro na ANVISA. Marca e modelo de referência: DESCARPACK; TALGE.	Caixa com 100 unidades.	200	R\$ 36,76	R\$ 7.352,00



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

6	313653	Luva NITRÍLICA, tamanho M. Caixa com 100 un. Luva para procedimento não cirúrgico -Tamanho M. Material: Nitrílica. Aplicação: Laboratorial. Cor: Azul. Características adicionais: sem pó (talco ou amido), descartável, esterilidade: não estéril. Apresentação atóxica, tipo ambidestra. Modelo: formato anatômico, resistente à tração. Caixa com 100 unidades. Obs: Deve apresentar Certificado de Aprovação (CA) válido e Registro na ANVISA. Marca e modelo de referência: DESCARPACK; TALGE.	Caixa com 100 unidades.	200	R\$ 44,07	R\$ 8.814,00
7	383406	Luva NITRÍLICA, tamanho G. Caixa com 100 un. Luva para procedimento não cirúrgico -Tamanho G. Material: Nitrílica. Aplicação: Laboratorial. Cor: Azul. Características adicionais: sem pó (talco ou amido), descartável, esterilidade: não estéril. Apresentação atóxica, tipo ambidestra. Modelo: formato anatômico, resistente à tração. Caixa com 100 unidades. Obs: Deve apresentar Certificado de Aprovação (CA) válido e Registro na ANVISA. Marca e modelo de referência: DESCARPACK; TALGE.	Caixa com 100 unidades.	50	R\$ 41,69	R\$ 2.084,50
Total estimado						R\$ 147.166,50

1.2 Os materiais a serem fornecidos devem ser, se aplicável: i) constituídos por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; ii) constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; iii) acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

1.3 O contrato terá vigência pelo período de 180 (dias) prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional, declarada por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Sr. Ministro de Estado da Saúde.

2 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Internato do Curso de Medicina ocorre nos dois últimos anos de formação dos acadêmicos em medicina, e é realizado através de atividades de ensino-serviço nas unidades assistenciais da rede local do SUS, nos diversos níveis de atenção, nas unidades de vigilância em saúde e de gestão, conforme estabelecido no COAPES, do qual a UNILA é signatária, e previsto no regulamento de estágio do curso de Medicina da UNILA, aprovado por instâncias competentes. O Internato em Atenção Primária em Saúde I, que ocorre no 9º ou 10º semestres, envolve práticas em Atenção Primária à Saúde (APS) com a inserção do interno na equipe, incluindo conceitos de Medicina de Família e Comunidade e Estratégia Saúde da Família (ESF), por meio de atendimento ambulatorial a pessoas de todas faixas etárias e com qualquer problema de saúde, bem como participação em grupos de promoção à saúde na comunidade, reuniões de controle social no território, visitas domiciliares e interlocução com o Programa Saúde na Escola (PSE). Estão incluídas as realizações de pequenos procedimentos cirúrgicos ambulatoriais, participação em ações intersetoriais, em ações interprofissionais, nas reuniões semanais de equipe no seu local de estágio, apoios matriciais que a unidade recebe e presença em seminários e discussões de caso que ocorram em sua unidade. Os objetivos são capacitar o interno para intervenções salutogênicas,



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

diagnósticas, terapêuticas e de manejo no cenário da Atenção Primária à Saúde, de acordo com a Estratégia Saúde da Família.

2.2 O Internato em Atenção Primária em Saúde II, que também ocorre no 9º ou 10º semestres, promove a problematização de temáticas articuladas à produção do conhecimento nas áreas da Epidemiologia, Gestão e Avaliação de Sistemas de Saúde, integrantes do campo da Saúde Coletiva. Além disso, propõe o reconhecimento dos processos de formulação, implementação e execução de ações para solucionar os problemas de saúde individuais e populacionais. Inclui também gestão em saúde, qualificação do Sistema Único de Saúde (SUS), tecnologias de vigilância em saúde, recursos institucionais e organizacionais do SUS, bem como a estruturação das Redes de Atenção à Saúde nos diferentes níveis de complexidade. Mecanismos de referência e contrarreferência. Instrumentos da gestão da Atenção Primária à Saúde e de tecnologias da informação utilizadas na coleta, análise e produção de informações em Saúde Pública. Tem como objetivos inserir o interno do curso de Medicina em cenários de prática do SUS, com a vivência de situações para o exercício da integralidade e da clínica ampliada baseada nos determinantes sociais do processo saúde-doença e na interlocução entre as áreas de gestão, planejamento, programação, prestação da assistência, regulação e vigilância em saúde. Ainda durante o 9º ou 10º semestres, o Internato em Urgência e Emergência do SUS tem como objetivos desenvolver no aluno competências para conduzir com proficiência as principais condições prevalentes na atenção de pacientes na Urgência e Emergência do SUS.

2.3 Estimula o desenvolvimento de atitudes, conhecimentos e práticas para uma abordagem adequada das principais doenças agudas e crônicas agudizadas prevalentes na Urgência e Emergência (U/E) no contexto dos cenários Pré hospitalar e de Pronto Atendimento em forma integral e do manejo inicial no Pronto Socorro em situações emergenciais com pacientes críticos e com aplicação de protocolos e diretrizes assistenciais que organizam a Rede de Urgência e Emergência no Brasil. Durante o 11º e 12º semestres, ocorrem os Internatos em Atenção Especializada em Saúde I e II. Nestes, acontece o treinamento em serviço, para aprimoramento e desenvolvimento da prática acerca dos conhecimentos adquiridos durante o curso para atuar nas grandes áreas da Cirurgia, Clínica médica, Urgência e Emergência Hospitalar, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria e Saúde Mental, por meio de abordagem ao paciente para realização das hipóteses diagnósticas, diagnóstico diferencial e conduta adequada numa visão integrada das diversas áreas do conhecimento médico e interprofissional.

2.4 Os objetivos são capacitar o interno para intervenções salutogênicas, diagnósticas, terapêuticas e de manejo no cenário de Atenção Especializada em Saúde, nas áreas citadas, em nível ambulatorial e hospitalar. Cabe ressaltar que o Internato do curso de Medicina mantém suas atividades durante a Pandemia de COVID-19 e a participação de docentes, cento e quatro (104) alunos de internato e muitos outros de outras etapas do curso figuram como peças fundamentais nas estratégias de enfrentamento que o município adotou. A Pandemia pelo novo coronavírus trouxe uma nova realidade aos cenários de prática dos cursos de Medicina. Pelo padrão de grande transmissibilidade, a doença cria uma demanda exponencial por Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. Neste contexto e considerando a peculiaridade da doença, bem como as medidas de enfrentamento da pandemia nos quais docentes e discentes do curso da medicina da UNILA estão inseridos, a aquisição de EPIs é imprescindível para que seja possível garantir a proteção à vida. Considerando que o curso de Medicina optou por não paralisar o serviço durante a pandemia e que vem contribuindo sobremaneira neste enfrentamento, e objetivando garantir a segurança dos docentes e internos do curso que atuam junto ao Hospital Municipal Padre Germano Lauck e demais locais de internato, justifica-se a quantidade e a natureza dos itens demandados no âmbito do plano de trabalho do TED 9794/2020 (Processo administrativo 23422.009778/2020-61). Inicialmente, a demanda foi incluída no processo 23422.006830/2020-20, que resultou no Pregão nº 38/2020. No entanto, em virtude de problemas de especificação e/ou propostas



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

dos fornecedores não obtivemos sucesso na aquisição de todos os EPIs necessários, optou por conduzir esse novo pedido.

2.5 Equipamento de Proteção Individual (EPI) é qualquer dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo colaborador com o objetivo de protegê-lo de riscos capazes de ameaçar sua segurança ou saúde. No caso dos laboratórios da UNILA, tais materiais são essenciais em virtude da natureza insalubre de atividades que são realizadas nesses espaços, tendo como objetivo a minimização da exposição dos técnicos administrativos, discentes e docentes aos riscos ambientais. O uso dos equipamentos de proteção é determinado por uma norma técnica chamada NR 6, cabe lembrar que o fornecimento desse tipo de EPI aos servidores são de responsabilidade da instituição. Os equipamentos de proteção individual devem ser mantidos em boas condições de uso e precisam ter um Certificado de Aprovação do órgão competente para garantir que estão em conformidade com as determinações do Ministério do Trabalho.

2.6 A memória de cálculo para estimativa da aquisição do EPIS que foram previsto no plano de trabalho do Termo de Execução Descentralizada - TED 9794. Quanto à indicação de marca de referência para os itens, ressaltamos que não se trata de escolha de marca, mas apenas de uma qualificação dos materiais para que os fornecedores compreendam a demanda com clareza. Desse modo, serão aceitos materiais com qualificação similar/equivalente ou superior às referências citadas

3 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1 Os bens as serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado

3.2 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da solicitação de fornecimento, em remessa única, no seguinte endereço: Rua Macucos, 131, Portal da Foz, CEP 85859-450, mediante agendamento pelo telefone 45 3529 2132 ou e-mail almoxarifado@unila.edu.br.

3.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

3.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

3.5 Na impossibilidade de reparar o material defeituoso de forma imediata, a licitante vencedora deverá substituir o item por outro com especificações iguais ou superiores. Após 90 dias, caso a licitante não substituir os itens e não retirar os itens no Almoxarifado da Unila. Os itens serão incorporados a Unila que decidirá o que realizará com os mesmos.

3.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

3.6.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da Contratante:

4.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

4.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhando da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

5.1.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

5.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

5.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.7 Responsabilizar-se pelas despesas de quaisquer tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a aquisição dos produtos;

5.1.8 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6 DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

7.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8 CONTROLE DA EXECUÇÃO

8.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

8.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

11 DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado.

11.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

11.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad \begin{array}{l} I = 0,00016438 \\ TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \end{array}$$

12 DO REAJUSTE

12.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

12.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

13 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3 fraudar na execução do contrato;

14.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5 cometer fraude fiscal;

14.1.6 não manter a proposta.

14.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

14.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2 multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3 multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

14.2.5 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6 impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.2.7 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3 As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e profissionais que:

14.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.4.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999

14.5 Não correrão os prazos processuais em desfavor da CONTRATADA em processo administrativo para aplicação das sanções deste item enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, nos termos do art. 6º-C da Lei nº 13.979/20.

14.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

14.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

15.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 147.166,50 (cento e quarenta e sete mil cento e sessenta e seis reais com cinquenta centavos).

Foz do Iguaçu, 16 de novembro de 2020.

Solange Aikes
Secretaria de Apoio Científico e Tecnológico
Área de apoio



Emitido em 16/11/2020

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 54/2020 - SACT (10.01.05.25)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 16/11/2020 13:30)

SOLANGE AIKES BASTIAN

SECRETARIO

1847352

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.unila.edu.br/public/documentos> informando seu número: **54**, ano: **2020**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **16/11/2020** e o código de verificação: **907ea816ac**